

Apartheid no ensino superior

João Cláudio Garcia
Da equipe do **Correio**

A pesar de o presidente Fernando Henrique Cardoso ter afirmado ontem que a questão do racismo no Brasil “vem sendo enfrentada às claras desde 1995”, quando o governo reconheceu na ONU que ainda temos preconceito, representantes do movimento negro brasileiro afirmam não ver mudanças na forma com que são tratados. Para eles, uma das principais medidas de valorização é a política de cotas nas universidades federais, sugerida pelo governo no documento levado à 3ª Conferência Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, em Durban, na África do Sul, como forma de compensação pelos anos de discriminação sofrida pelos negros.

A polêmica virou tema da moda entre acadêmicos, ativistas dos direitos humanos e autoridades. Alguns acham que o sistema de cotas pode criar uma espécie de *apartheid* (antigo regime segregacionista da África do Sul) no país — alimentando o ódio de brancos contra negros beneficiados pela medida. Como transformar esse tipo de política afirmativa (ação criada para corrigir efeitos negativos da discriminação) sem discriminar novamente?

Para Edson Lopes Cardoso, assessor parlamentar e ex-membro da Executiva Nacional do Movi-

mento Negro Integrado, a questão ganhou tanto espaço na mídia que virou instrumento de marketing político. “Veja o exemplo do senador José Sarney, autor de um projeto de cotas. Por que ele não mudou alguma coisa no Maranhão, onde ele tem influência política?”

OBSTÁCULOS

Edson explica que o Brasil tem “desigualdades acumuladas”, que criam obstáculos às possibilidades de valorização dos negros. Segundo Ivanir dos Santos, representante do movimento negro na delegação oficial brasileira que está em Durban, o ideal seria uma reserva de 50% de vagas do ensino público universitário para negros e seus descendentes. Ele também defende um programa de base, para atingir as causas da desigualdade.

Não é o que pensa o presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo dados apresentados em seu programa de rádio ontem, 11% das crianças dos 7 aos 14 anos estavam fora da escola em 1994. Eram principalmente pobres, negras e nordestinas. Hoje, apenas 3% das crianças nessa faixa etária não estão frequentando escolas. “Foi uma boa conquista na luta contra a discriminação, que ainda estamos longe de vencer”, disse FHC.

O próprio presidente afirmava em 1994 que a política de cotas nas universidades “implicaria

deixar de lado a avaliação do mérito”. Quem concorda é Peter Fry, professor de antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro: “Não adianta baixar um decreto e achar que isso vai acabar com a discriminação. Essa política é equivocada”. Edson e Peter concordam num ponto: é preciso redirecionar recursos públicos para projetos de valorização do negro, mas falta vontade para isso. Resultado: hoje, apenas 2% dos universitários no Brasil são negros.

DIFÍCIL DEFINIÇÃO

A polêmica sobre a criação de cotas nas universidades e cursos pré-vestibulares para negros fez surgir a dúvida: como identificar um negro? A vice-governadora do Rio de Janeiro, Benedita da Silva, presente na Conferência de Durban, respondeu que “é só olhar o nariz larguinho, os olhos mais claros ou mais escuros e o cabelo mais ou menos encarapinhado”. Edson Cardoso, ex-membro da Executiva Nacional do Movimento Negro Integrado, lembrou que “na hora de oprimir e discriminar, as pessoas sabem reconhecer um negro, mas quando se trata de definir uma política de valorização, começa o debate”.

Jorge Cardoso



JUNGMANN ESTABELECEU ONTEM 20% DE COTAS PARA NEGROS EM CARGOS NO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO